

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.810 - MG (2019/0299388-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : EDSON GRAMA DE JESUS FERREIRA (PRESO)
ADVOGADO : JOSÉ CLÁUDIO RODRIGUES - MG078174
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por EDSON GRAMA DE JESUS FERREIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Eis a ementa do *decisum* prolatado (e-STJ fl. 102):

HABEAS CORPUS - BENEFÍCIOS DA EXECUÇÃO PENAL - IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA QUESTÃO EM SEDE DE HABEAS CORPUS - EXISTÊNCIA DE RECURSO PRÓPRIO.

- *O habeas corpus é instrumento de tutela do direito de liberdade individual no sentido de ir, vir e ficar, não se admitindo sua utilização diante da inexistência de qualquer ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça a esse direito constitucionalmente protegido.*

- *Não havendo qualquer ameaça ilegal à liberdade de locomoção do paciente, a denegação da ordem se impõe.*

Na presente irresignação, sustenta o recorrente, em síntese, ausência de fundamentação do *decisum* impugnado.

Requer, nesse diapasão, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem "com autorização imediata para o exercício do TRABALHO EXTERNO, nos moldes do art. 37, da LEP, e demais para que o reeducando possa se ausentar durante o dia para trabalhar, sem escolta e as suas expensas; na empresa VIDA NOVA SERVICOS E CORRETORA DE SEGUROS, estabelecida na Cidade de Juiz de Fora" (e-STJ fl. 131).

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que

Superior Tribunal de Justiça

visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesto constrangimento ilegal apto a justificar o deferimento da medida de urgência.

Dessa forma, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados ao feito.

Ademais, a medida antecipatória postulada confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator